



## Fundão, Guarda e Covilhã foram os que mais amortizaram empréstimos

Os recursos financeiros da maioria das Câmaras da região provêm das transferências do Estado e dos empréstimos bancários, conclui o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, cuja edição relativa a 2013 foi apresentada pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) na semana passada.

Por isso, nenhum dos 17 do distrito da Guarda e Cova da Beira tem o privilégio de integrar a lista das autarquias com maior independência financeira e que é dominada pelos grandes centros urbanos. Por cá, a Mêda foi o município com menor independência financeira – ou seja, com menos captação de impostos e taxas e mais dependentes das transferências do Estado –, com 13,5 por cento, e o Fundão o segundo, com 14,7 por cento. Trancoso (15 por cento), Manteigas (17,6) e Vila Nova de Foz Côa (18,6) completam este ranking. Mas neste anuário também há boas notícias, já que a Mêda foi o quarto município no total do país que registou o maior grau de execução da cobrança de receita em 2013: 98,8 por cento. Seguem-se Fornos de Algodres (93,9 por cento), Fundão (91,5), Seia (91) e Almeida (89,6). Já Celorico da Beira teve um grau de execução da receita cobrada de 28,6 por cento. Em termos do volume da receita cobrada no ano passado, o Fundão lidera na região, com 75,7 milhões de euros, enquanto Manteigas, com 5,9 milhões (menos 1,4 por cento que no ano anterior); Belmonte, também

com 5,9 (menos 10,2 por cento); e Fornos de Algodres, com 6,2 milhões (mais 7,7 por cento) foram as edilidades com menor volume da receita cobrada em 2013.

Nesse ano, o Fundão tinha o maior volume de despesas realizadas (compromissos assumidos) na região: 78,8 milhões de euros (53,9 milhões em 2012). Manteigas registou o menor volume de despesas realizadas, com 6,7 milhões, o que representa mesmo assim um aumento de 383.783 euros relativamente ao ano anterior. Outro critério em que o desempenho do Fundão voltou a ser melhor foi no volume de despesa paga, que, no caso da "capital da Cova da Beira", é o maior dos 17 municípios analisados por O INTERIOR com 73,3 milhões de euros pagos – em 2012 tinham sido liquidados 28,9 milhões. Pelo contrário, Manteigas, Fornos e Belmonte apresentaram o menor volume de despesa paga, respetivamente 5,9 milhões de euros; 6,3 e 6,6 milhões. Em termos dos encargos com a dívida, Seia pagou no ano passado mais de 2,9 milhões de euros em juros e outros encargos financeiros, o que representa menos 17 por cento do que em 2012. A seguir surgem o Fundão, com cerca de 1,9 milhões (+ 15,4 por cento) e a Guarda, com perto de 1,8 milhões (+66,7 por cento). O Fundão (6,7 milhões de euros), a Guarda (6,4 milhões) e a Covilhã (4,8 milhões) foram os municípios com maior volume de amortizações de empréstimos em 2013.

## Portal divulga gestão dos municípios

Saber como estão as contas do seu município já é possível graças ao Portal de Transparência Municipal, acessível em [www.portalmunicipal.pt](http://www.portalmunicipal.pt). O site disponibiliza 115 indicadores relativos à gestão das 308 Câmaras do país, agregando dados até agora dispersos por várias bases públicas, o que permite comparar o desempenho das autarquias.

Há indicadores financeiros, administrativos e fiscais, mas também do resultado ou influência da gestão municipal (como a dinâmica económica e demográfica e os serviços prestados), da evolução da participação eleitoral (resultados das forças políticas e abstenção). No site, além de poderem consultar dados de natureza social, financeira e orçamental do seu município, os cidadãos também ficam a saber qual a dívida por habitante ou podem comparar dados entre câmaras ou regiões. Segundo o Governo, que promove esta iniciativa, a escolha

desta informação destina-se «a reforçar a transparência, a responsabilização e a melhoria da gestão». Mas há outras ferramentas, como o "Índice de devolução fiscal", o "Índice de estabilidade fiscal" e o conceito de "municípios comparáveis".

De resto, apresenta-se, para cada indicador, a sua evolução no tempo e a tendência. O que não há são listas de classificação, pois o objetivo é «que o utilizador construa a sua própria "fotografia" com base nos indicadores que mais lhe interessam e que construa as suas próprias comparações», referiu o secretário de Estado da Administração Local. Segundo António Leitão Amaro, o portal «é das primeiras iniciativas a nível mundial» deste tipo. Para o ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiarses Maduro, o site «é um instrumento que vai melhorar a qualidade da nossa democracia e os processos de democratização».

# Cinco Câmaras aume dívida em 2013

Fundão, Mêda, Belmonte, Manteigas e Trancoso contrariaram a tendência da região e do país no ano passado e aumentaram o seu passivo exigível, revela o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. No ano passado, as 17 autarquias da região deviam mais de 377 milhões de euros, menos 24 milhões que em 2012.



Guarda e Covilhã foram as Câmaras com maior diminuição da dívida, que baixou 5,5 e 9 milhões de euros, respetivamente.

Luís Martins

A dívida global das autarquias da região continua a baixar, mas as Câmaras do Fundão, Mêda, Belmonte,

Manteigas e Trancoso contrariaram esta tendência no ano passado e aumentaram o seu passivo exigível, revela o último Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Em 2013, o conjunto das 17 Câmaras do distrito da Guarda e Cova da Beira ainda deviam mais de 377 milhões de euros, menos 24 milhões relativamente ao ano anterior.

O município do Fundão continua a ser o mais endividado da Beira Interior, com um passivo exigível de 81,9 milhões de euros (ver quadro nesta página), um valor que cresceu cerca de 184 mil euros comparativamente a 2012. Mas não é caso único nesta radiografia produzida anualmente pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) – e disponível no site <http://www.otoc.pt> – sobre a saúde financeira dos 308 municípios portugueses, bem como das empresas municipais e dos serviços municipalizados. A dívida da edilidade da Mêda foi a que mais subiu neste período, tendo aumentado mais de 1,8 milhões de euros, ou seja, mais 30,9 por cento que no ano anterior. Situação idêntica conheceram Belmonte, onde se registou um aumento de 874.913 euros, e Manteigas (mais 702.917 euros). A dívida subiu menos em Trancoso, onde cresceu 172.133 euros, e no Fundão, mais 184.158 euros que em 2012. Pelo contrário, Guarda e Covilhã foram os municípios com maior diminuição do passivo exigível em 2013, que decresceu 5,5 e 9 milhões de euros, respetivamente.

No entanto, estas duas Câmaras continuam a fazer parte do quarteto de autarquias da região mais endividadas. Desta pequena lista apenas o Fundão registou um aumento – de 81,7 para 81,9 milhões de euros –, as restantes conseguiram reduzir o passivo exigível. A Covilhã tinha no ano passado uma dívida ligeiramente superior a 65 milhões de euros (menos 9 que em 2012), a da Guarda era de 42,7 milhões de euros (-5,5

## Dívida por habitante em 2013

Municípios	Nº habitantes	Dívida (euros)
Fornos de Algodres	4888	6721,9
Celorico da Beira	7403	2957,1
Fundão	28200	2904,4
Seia	23795	2364,6
Manteigas	3297	2096
Mêda	4941	1555,4
Figueira C. Rodrigo	6073	1329,3
Covilhã	49749	1307,6
Trancoso	9537	1167,7
Guarda	40994	1043,1
Aguir da Beira	5224	786,4
Pinhel	9205	786,4
Almeida	6628	777,9
Sabugal	11914	728,9
Gouveia	13450	703,5
Belmonte	6673	680,5
VN Foz Côa	6984	614,4

## Evolução do passivo exigível (milhões de euros)

Câmaras	2011	2012	2013
Aguir da Beira	4,5	4,6	4,1
Almeida	7,9	6,1	5,1
Belmonte	4	3,6	4,5
Celorico da Beira	24,7	22,9	21,8
Covilhã	84,3	74,1	65
Figueira de C. Rodrigo	10,9	9	8
Fornos de Algodres	34,9	34,5	32,8
Fundão	81,3	81,7	81,9
Gouveia	14,6	11,9	9,4
Guarda	53,9	48,3	42,7
Manteigas	7,1	6,2	6,9
Mêda	7,3	5,8	7,6
Pinhel	10,4	9	7,2
Sabugal	10	9,2	8,6
Seia	57,8	58,1	55,8
Trancoso	12,7	10,9	11,1
VN Foz Côa	5,5	4,6	4,2

# ntaram



milhões de euros, respetivamente

milhões) e a de Seia de 55,8 milhões de euros (-2,2 milhões). Segundo o Anuário, nenhuma Câmara da região integrava a lista dos municípios com melhor índice de dívida total, mas no quadro oposto (de maior índice de dívida total) encontramos Fornos de Algodres, que liderava com uma dívida de 32.606.279. Pelas contas da OTOC, o município atualmente presidido por Manuel Fonseca (PS) estava 550,5 por cento acima do endividamento permitido por lei. Mas havia mais. O Fundão, com uma dívida total de 81,5 milhões de euros, excedia em 302,1 por cento o legalmente previsto, e Seia estava 249,6 por cento acima desse limite por causa de uma dívida total de 55,6 milhões de euros. Celorico da Beira (227,2 por cento e dívida total de 21,6 milhões de euros); Covilhã (186,6 por cento e 64,1 milhões) e Guarda (139,5 por cento e 42,3 milhões) eram outros casos preocupantes.

## Aguiar da Beira com mais de um milhão de endividamento negativo

Inversamente, Aguiar da Beira tinha pouco mais de um milhão de euros de endividamento negativo e era por isso a Câmara da região

## SMAS, Culturguarda e Guarda Cidade Desporto com piores desempenhos

Os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) da Guarda apresentavam o segundo pior endividamento líquido no final do exercício de 2013 e também os segundos piores resultados económicos negativos do setor, de acordo com o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses.

No ano passado, o endividamento líquido dos SMAS era superior a 7,5 milhões de euros, fruto de uma redução de 2,7 milhões relativamente ao exercício de 2012. Pior só mesmo o desempenho desta empresa do setor empresarial local, que no ano passado teve um resultado económico negativo de cerca de 1,4 milhões de euros, quando tinha sido de 143.588 euros, também negativos, em 2012. Entre os vários dados apurados pela OTOC para esta parte do Anuário verifica-se que a ADC - Águas da Covilhã tem o melhor resultado económico entre as empresas municipais da região, com 797.891 euros, seguida da ICOVI - Infraestruturas e Concessões da Covilhã (524.977 euros) e da Foz Coainvest - Energia Turismo e Serviços (125.984). Já os piores pertencem à Trancoso Eventos (-426.930 euros) e à DLGC - Desporto Lazer e Cultura de Gouveia (-268.334 euros).

Já a Gaventur Gouveia Aventura e Turismo, SA (município detém 63 por cento do capital), a ADL Águas de Longroiva - Exploração e Gestão de Águas Termais (100 por cento), a Almeida Município - Reabilit. Urbana, Desenv. Econ. e Gest Equip. (100 por cento), Sabugal+ - Gestão de Espaços Culturais, Desportivos, Turísticos e de Lazer (100 por cento) e a ICOVI (100 por cento) eram entidades do

com melhor desempenho neste critério - ou seja, ainda tinha capacidade de endividamento em 2013. Já Almeida registou o menor endividamento líquido dos 17 municípios do distrito da Guarda e Cova da Beira, com cerca de 1,4 milhões (-61,9 por cento relativamente a 2012). No campo das Câmaras com maior endividamento líquido liderava o Fundão com 67,6 milhões de euros (+5,6 por cento), seguido de Seia com 54,3 milhões (-4,0 por cento), Covilhã com 46,1 milhões (-6,9 por cento), Guarda com 34,4 milhões (+2,6 por cento) e Fornos de Algodres com

setor empresarial local sem endividamento líquido em 2013. No fundo da tabela, a ADC - Águas da Covilhã, com mais de 11,2 milhões de euros (-9,56 por cento relativamente a 2012) tinha o maior endividamento líquido do setor. Por sua vez, a Viverfundão - Promoção e Gestão das Condições Estruturais e Infraestrut. reduziu em 18.202,81 por cento o seu endividamento líquido, que era de cerca de 4,7 milhões de euros no final do ano passado.

O Anuário revela ainda que Gaventur (0 por cento), a Guarda Cidade Desporto (25,7 por cento), a Viverfundão (26,1 por cento) e a Culturguarda (32,0 por cento) tinham vendas e prestações de serviços realizados nos últimos três anos que não cobrem, pelo menos, 50 por cento dos gastos totais dos respetivos exercícios. As duas empresas municipais da Guarda surgem novamente em destaque por terem tido subsídios à exploração superiores a 50 por cento das suas receitas nos últimos três anos. No caso da Culturguarda foram 79,6 por cento; 76,3 e 60,1, respetivamente, e na Guarda Cidade Desporto de 52,4 por cento; 53,6 e 56,7. De resto, esta última registou resultados líquidos negativos neste período, tendo sido de -577 euros em 2013. Estes são dois casos, entre muitos, cujo desfecho é a extinção das empresas municipais com piores desempenhos.

O Anuário analisou a situação de 225 entidades empresariais locais, das quais 136 são empresas municipais, 38 entidades empresariais locais, 19 sociedades anónimas, 10 sociedades unipessoais por quotas e 21 entidades intermunicipais.

32,3 milhões (-2,8 por cento). De acordo com o anuário, todos estes municípios ultrapassaram no ano passado «o valor máximo do índice de endividamento líquido».

Em termos de prazos de pagamentos, Aguiar da Beira era a edilidade da região que menos tempo demorava a pagar aos seus fornecedores, o que fazia em três dias (eram 4 em 2012). Pelo contrário, Celorico da Beira era o que pagava mais tarde, 370 dias em média (511 em 2012), enquanto Trancoso pagava a 309 dias (234 no ano anterior). Ambos tinham, por isso o maior prazo médio de pagamentos da região.

## Fornenses continuam a ser os que mais "devem"

Os habitantes do concelho de Fornos de Algodres continuaram a ser em 2013 os municípios portugueses que mais deviam em resultado do passivo exigível da sua autarquia (ver quadro).

O montante baixou cerca de 295 euros relativamente a 2012, mas o número não deixa de ser assustador. No ano passado, cada fornense devia 6.721,9 euros e um celoricense 2.957,1 euros, também menos 92 euros que em 2012. Quem viu subir a "sua" dívida foram os fundanenses, os medenses, os belmontenses, os manteiguenses e os trancosenses

em virtude do aumento do passivo exigível dos seus municípios. Assim, os habitantes do Fundão "deviam" no ano passado mais 43,4 euros que em 2012, quando a dívida por residente era de 2.861 euros. Também na Média a dívida por habitante cresceu, mas exponencialmente. São mais 387,4 euros para 1.555,4 euros em 2013. O mesmo se passou em Belmonte, cujos munícipes deviam no ano passado 680,5 euros, mais 135,5 que em 2012, ano em que o concelho ocupava o último lugar deste ranking (ver O INTERIOR de 25/07/2013). Em Manteigas, passou-se de 1.855

para 2.096 euros, o que significa um aumento de 241 euros, enquanto em Trancoso, os habitantes deviam no ano passado 1.167,7 euros, mais 33,7 que em 2012. A dívida por habitante desceu em todos os outros municípios. Recorde-se que a dívida por habitante é calculada tendo em conta o valor da dívida repartido por cada munícipe.

De resto, este Anuário lembra que seis autarquias da região correram ao Programa de Apoio à Economia Local - a saber Covilhã, Fundão, Gouveia, Guarda, Seia e Trancoso.